

NOTA DE IMPRENSA

Secretário regional da Saúde é “politicamente indigno” de permanecer no cargo

A deputada do grupo parlamentar do PSD/Açores Mónica Seidi considerou hoje que o secretário regional da Saúde é “politicamente indigno” de permanecer no cargo, após ter ficado provado que Rui Luís interferiu nas evacuações médicas ocorridas a 2 de fevereiro de 2017.

“A médica reguladora teve a dignidade de sair, pedindo a demissão. O senhor secretário regional da Saúde é politicamente indigno de continuar a desempenhar as funções que lhe foram confiadas pelos açorianos”, disse a social-democrata, na Assembleia Legislativa dos Açores, numa interpelação ao governo regional sobre o inquérito da Inspeção Regional de Saúde às referidas evacuações médicas.

A parlamentar do PSD/Açores lembrou que Rui Luís “ocultou” toda a situação ao arquivar o caso em 2017, sabendo-se agora que também “interferiu, sem ter competência legal ou técnica” no processo de evacuação médica.

Mónica Seidi considerou também “lamentável” que o presidente do governo regional, no despacho feito a propósito do inquérito, “não tenha encontrado culpados”, apesar de todos os factos apurados pela Inspeção Regional de Saúde.

“E se tivesse havido consequências para os doentes? E se tivesse morrido alguém? O governo continuaria a achar que não havia responsáveis políticos neste caso. Que confiança podem ter os açorianos num governo que não apura responsabilidades”, questionou.

A deputada social-democrata destacou ainda “cumplicidade e conivência” reveladas pelo presidente do governo regional, Vasco Cordeiro, neste caso, dado que deu “total cobertura política aos sucessivos abusos de poder ocorridos” no dia da evacuação médica.

“O senhor presidente do governo preferiu emitir um despacho no qual não aponta o dedo a nenhum responsável, deixando que a culpa morresse solteira”, frisou.

Para Mónica Seidi, o presidente do governo regional “premeia aqueles que, a todo o custo, agem como se fossem donos disto tudo, mesmo sabendo que podem por em risco a vida dos açorianos”.

“O relatório do inquérito e o respetivo despacho retratam um regime que não quer identificar culpados, desde que estes sejam subservientes ao Partido Socialista e ao governo regional”, sublinhou.

Horta, 17 de outubro de 2018
Laurénio Tavares
Secretário do Grupo Parlamentar do PSD
ltavares@alra.pt